

Clube de Paris não fixa data

REALI JUNIOR

Nosso correspondente

PARIS — Nenhuma data foi ainda fixada para a retomada das negociações oficiais entre o governo brasileiro e o Clube de Paris, apesar de contatos terem sido mantidos para que isso ocorra tão logo seja possível. Essa foi a única informação que os discretos e prudentes membros da secretaria do Clube, no caso o Tesouro francês, admitiram revelar aos jornalistas, quando indagados sobre a disposição brasileira de iniciar uma negociação clássica com instituições financeiras internacionais do tipo FMI. Esses contatos já vinham sendo mantidos pelos assessores do ministro da Fazenda anterior, Bresser Pereira, mas acabaram sendo interrompidos com as modificações que ocorreram na área econômica brasileira. Um primeiro encontro com a secretaria do Clube, não uma reunião para reescalonamento da dívida brasileira garantida pelos governos, poderia ter ocorrido no final de janeiro, se não houvesse ocorrido a queda de Bresser Pereira. Agora, com a decisão de mudança radical de orientação na política econômica, através do recurso ao FMI, a retomada dos contatos está facilitada, pois esse era o caminho indicado pelo próprio Clube como condição indispensável para admitir uma reunião de negociação.

A secretaria do Clube prefere manter uma grande discrição em relação a qualquer comentário sobre uma possível evolução de uma negociação com o Brasil, reafirmando a regra básica de seu comportamento, isto é, transferindo para o país devedor todo e qualquer comentário ou anúncio oficial à imprensa. A instituição quando muito, publica um curto comunicado após as reuniões de negociação com os diversos países, com a conclusão dos acordos, sem maiores detalhes. Em outras ocasiões, as conversações para uma retomada das negociações estiveram até mais adiantadas e acabaram sendo comprometidas por mudanças de comportamento do governo brasileiro.

Na área dos bancos privados europeus, a notícia do pagamento dos US\$ 350 milhões, referente aos juros até janeiro, foi recebida com um certo alívio e satisfação, pois indica o desejo das novas autoridades de resolverem pelos meios clássicos o problema da dívida externa. Apesar disso, essas áreas continuam descartando a possibilidade de um acordo de longo prazo, plurianual como desejava o Brasil, enquanto não se definir o quadro político-institucional brasileiro. Elas esperam, antes de mais nada, que a Constituição seja aprovada e com ela solucionados os problemas do mandato do presidente e o sistema de governo. Ao que tudo indica, o interesse da comunidade financeira internacional é ir renovando acordos provisórios, nem mesmo admitindo acordos de médio prazo como o governo do Brasil vem reivindicando ultimamente.